



# SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS

ANCESTRALIDADE  
NEGRA E DIREITOS  
TERRITORIAIS



ORGANIZADORES :

JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS

SERGIO BAPTISTA DA SILVA



COMUNIDADES  
TRADICIONAIS



# SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

---

Reitora

**Wrana Maria Panizzi**

Vice-Reitor

**José Carlos Ferraz Hennemann**

Pró-Reitor de Extensão

**Fernando Setembrino  
Cruz Meirelles**

Vice-Pró-Reitora de Extensão

**Renita Klüsener**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Jusamara Vieira Souza**

**CONSELHO EDITORIAL**

**Antônio Carlos Guimarães**

**Aron Taitelbaun**

**Carlos Alberto Steil**

**Célia Ferraz de Souza**

**Clovis M. D. Wannmacher**

**Geraldo Valente Canali**

**José Augusto Avancini**

**José Luiz Rodrigues**

**Lovois de Andrade Miguel**

**Maria Cristina Leandro Ferreira**

**Jusamara Vieira Souza, presidente**

**Editora da UFRGS** • Av. Paulo Gama, 110, 2º andar - Porto Alegre, RS - 90040-060 - Fone/fax (51) 3316-4090 - editora@ufrgs.br - www.editora.ufrgs.br • **Direção:** Jusamara Vieira Souza • **Editoração:** Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Andréa Lisboa Ilha (bolsista), Carlos Batanoli Hallberg (bolsista), Fernando Piccinini Schmitt, Gabriela Carvalho Pinto (bolsista) e Luciane Santos de Souza (bolsista) • **Administração:** Najára Machado (coordenadora), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias e Maria Beatriz Araújo Brito Galarraga; suporte administrativo: Ana Lucia Wagner, Jean Paulo da Silva Carvalho, João Batista de Souza Dias e Marcelo Wagner Scheleck • **Apoio:** Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

# SÃO MIGUEL E RINCÃO DOS MARTIMIANOS:

ANCESTRALIDADE NEGRA E DIREITOS TERRITORIAIS

Organizadores:

José Carlos Gomes dos Anjos

Sergio Baptista da Silva



© dos autores  
1ª Edição: 2004

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Ivan Vieira

Revisão: Luís Augusto Junges Lopes  
Gabriela Carvalho Pinto

Editoração eletrônica: Núbia Huff

---

S239                      São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais / organizado por José Carlos Gomes dos Anjos e Sergio Baptista da Silva; losvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

(Série Comunidades Tradicionais).

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Perícia socioantropológica. 3. Estudos etnográficos – São Miguel – Rincão dos Martimianos – Rio Grande do Sul. 4. Comunidades negras rurais – Quilombos – Rio Grande do Sul. I. Anjos, José Carlos Gomes dos. II. Silva, Sergio Baptista da. III. Bittencourt Júnior, losvaldyr Carvalho. IV. Título. V. Série.

CDU 572

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
(Ana Lucia Wagner – CRB10/1396)

ISBN: 85-7025-740-6

# APRESENTAÇÃO

José Carlos Gomes dos Anjos

Em 1996, um núcleo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina – o NUER (Núcleo de Estudos sobre identidade e Relações interétnicas) – realizou um mapeamento dos “territórios negros” da região sul. Quatro anos depois, os resultados provisórios dessa pesquisa chegaram à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado do Rio Grande do Sul. Uma série de enunciações públicas transfigurou o conceito de territórios negros na categoria jurídica “comunidades remanescentes de quilombos”. Com esse processo de enunciação em agendas governamentais e de movimentos sociais, todo um conjunto de pequenas lutas políticas, até aqui tornadas invisíveis pelo racismo, mas que permitiram a uma série de territórios negros resistir à escravidão e aos processos racistas de apropriação pós-escravidão, vem ganhando atualmente audiência nas mais politizadas esferas públicas regionais. Toda uma população de mais de cinquenta comunidades até aqui invisibilizadas torna-se “politicamente pensável” nos atuais parâmetros jurídicos e administrativos de implementação de políticas públicas especiais. Este livro pretende ser mais uma expressão dessa maior audiência de lutas quotidianas travadas por descendentes de escravos para permanecerem em terras que foram conquistadas por seus antepassados.

Em julho de 2001, a União Federal, por intermédio da Fundação Cultural Palmares, e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul celebraram um convênio cujo objeto se definiu como a identificação, o reconhecimento, a delimitação territorial, o levantamento cartorial e a demarcação com vistas à titulação e ao registro do título em cartório de registro de imóveis das seguintes comunidades remanescentes de quilombos: Arvinha no município de Coxilha, Morma-

ça no município de Sertão, São Miguel no município de Restinga Seca, Rincão dos Martimanos também no município de Restinga Seca, Morro Alto no município de Maquiné e Casca no município de Mostardas.

Desse convênio, resultaram relatórios técnicos visando a processos de titulação das referidas comunidades remanescentes de quilombos. Este livro é o resultado da reunião dessas evidências étnicas, históricas, sociais e econômicas no que se refere às comunidades de São Miguel e Martimanos, ambas no município de Restinga Seca.

Nos últimos anos, essas duas comunidades vêm se engajando em uma reivindicação legal pelo reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos, de acordo com o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição. Desde os primeiros contatos com o movimento negro em 1992, tem sido uma aposta política dessas duas comunidades a demanda pela construção de relatórios técnicos que permitam um processo de identificação, demarcação e titularização de suas terras.

A possibilidade de equacionamento dessa demanda se inicia quando um conjunto de militantes do Movimento Negro em Porto Alegre se sensibiliza com as lutas rurais das comunidades quilombolas e faz com que elas ecoem nas agendas políticas estaduais e nacionais. Aconteceu em novembro de 2001 o primeiro seminário de formação de voluntários para uma atuação junto às demandas das comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul. Assim, no Rio Grande do Sul, o problema social nomeado “questão dos remanescentes de quilombos” emergiu na esfera pública simultaneamente ao recrutamento de um conjunto de agentes para a atuação na mediação entre essas comunidades e o governo do Estado.

Para o seminário de 2001, foi realizada uma chamada extensa que atingiu, sobretudo, o movimento negro: um curso de formação de agentes, nas áreas de conhecimento da antropologia, da história do negro no Rio Grande do Sul e do desenvolvimento rural sustentável, abriu caminho para que um conjunto de militantes atuasse junto às comunidades remanescentes de quilombos visando a fazer ecoar as demandas quilombolas junto ao poder público. Duzentas e cinqüenta pessoas se inscreveram no curso; dessas, trinta e cinco permaneceram atuando junto a essas comunidades, constituindo o Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ).

Desse processo de discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombos no estado do Rio Grande do Sul, nasceu um projeto de elaboração de laudos das comunidades que, de forma mais premente, estavam demandando a titularização de suas terras. Um conjunto de pesquisadores ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul conformou a base da equipe técnica que se dispôs a elaborar laudos antropológicos para as cinco comunidades que reivindicavam de modo mais explícito esse tipo de intervenção.

No convênio assinado entre a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul em 2001, relatórios técnicos visando a processos de titulação de “comunidades remanescentes de quilombos” foram definidos como instrumentos que reúnem “evidências étnicas, históricas, sociais e econômicas do grupo que possam atestar um direito e que, comprovando o desrespeito pelos direitos dessas comunidades tradicionais, permitiria que se processasse a sua regulamentação jurídica”.

Este livro pretende desdobrar em reflexões teóricas e análises empíricas as evidências expostas nos dois relatórios de identificação das comunidades de São Miguel e de Martimianos, ambas no município de Restinga Seca. Como as duas comunidades se autodefinem como irmãs e a memória coletiva registra um processo similar e entrecruzado por uma série secular de relações de parentesco e outras formas de trocas simbólicas na formação dos dois grupos, optamos por apresentar as duas comunidades em um único livro.

Mas este livro não se define como mera perícia técnica coadjuvante dos procedimentos administrativos e judiciais. Trata-se de uma intervenção acadêmica junto a arenas jurídico-administrativas a partir de uma perspectiva pragmática, que relativiza a hierarquia dos discursos instituídos e aprofunda substancialmente as perspectivas nativas em jogo, buscando, em uma etnografia densa dos grupos em questão, recursos argumentativos que possam contribuir para uma mudança no estado das lutas sociais, uma redefinição dos problemas quilombolas em favor dessas vozes menos audíveis na esfera pública.

Trata-se não apenas de se explicitarem os suportes filosóficos subjacentes aos sistemas de ação e reivindicações das comunidades em questão, mas também de aprofundá-los a ponto da reconstrução em um sistema de explicitação conjunta – do antropólogo e dos quilombolas – da expectativa de justiça em questão.

Sob essa perspectiva pragmática, o que está em jogo em termos de uma política da ciência é a contribuição no sentido de se alargar o espaço da representação política, de modo a fazê-lo incluir os grupos que, engajados apenas na experiência ordinária, têm suas expectativas e sentidos de justiça excluídos das esferas especializadas de argumentação. Se, na terminologia de Bourdieu (1989), assumíssemos que o campo político é o lugar de uma espécie de cultura esotérica, feita de problemas completamente estranhos ou inacessíveis ao comum, de conceitos e de discursos sem referente na experiência do cidadão comum e, sobretudo, de distinções, de matizes, de sutilezas, de agudezas, a contribuição deste trabalho pretende ser um esforço no sentido da quebra dessas fronteiras do campo político (e, simultaneamente, do jurídico) pela emergência das experiências ordinárias dos quilombolas como mais uma modalidade de discurso político a contribuir nas arenas de formação de políticas públicas.

Por meio da utilização do capital escolástico (tempo e acervo de recursos de modelização de argumentações), em favor das posições mais fragilizadas das arenas de embates, o laudo se apresenta como possibilidade de se ajudar a esses excluídos a se fazerem entender nos fóruns especializados da administração pública e da justiça.

Se a assimetria entre os conceitos especialistas e o saber local é um efeito de constituição dessas esferas especializadas de concorrência que Bourdieu (1989) denomina de campo, a praxiologia posta em ação na constituição dos laudos antropológicos visa a potencializar a desnaturalização dos arbitrários instituídos oficialmente, através de um modo de instrumentalização dos conceitos locais que, por estarem distantes desses universos especializados da política e do direito, carregam outros sentidos de justiça ainda não equacionados. Tal operação teria início com o resgate à idéia seminal de que, no caso em pauta, a dimensão simbólica constituída pelo grupo ao longo de gerações “não é o semi-verdadeiro, mas o pré-verdadeiro, isto é, o importante ou o relevante: ele diz respeito não ao que ‘é o caso’, mas ao que importa no que é o caso, ao que interessa para a vida no que é o caso” – teria dito Viveiros de Castro em outro contexto de discussão, mas que interessa importar aqui (Viveiros de Castro, 2002, p. 137).

Está em jogo simultaneamente “exorcizar o sonho da ‘ciência real’ investida do direito regalista de *regere fines* e de *regere sacra*” (Bourdieu, 1989, p. 116) e o encastelamento das ciências sociais na cômoda posição epistemológica que não se deixa contaminar pela retórica das lutas sociais.

Entre a causa da ciência e a causa da comunidade, cumpre entender que tanto a causa científica como os interesses da comunidade estão em processo de formação e disputa e a situação de elaboração de um laudo interfere na formulação e formatação de ambas. Os interesses da comunidade assim como o engajamento de cientistas nesse tipo de empreitada desestabilizam posições consolidadas tanto no espaço de correlações de força no interior das comunidades e dos poderes externos à comunidade, assim como sobre as lógicas do fazer científico.

E a reflexão sobre o fazer do laudo “tem de reconhecer a força da escrita, sua metafóricidade e seu discurso retórico, como matriz produtiva que define o ‘social’ e o torna disponível como objetivo de e para a ação. A textualidade não é simplesmente uma expressão ideológica de segunda ordem ou um sintoma verbal de um sujeito político pré-dado” (BHABHA, 1998, p. 48), o laudo é também um dos lugares (certamente, não o mais importante) de insurgência da comunidade remanescente de quilombos como sujeito político.

Contra a redução do debate aos termos de uma controvérsia técnica ou da política estabelecida, a abordagem antropológica pretende aqui abrir o espaço para a possibilidade da emergência do discurso frágil e inusitado daqueles a quem a redução à impotência social impede que se

apropriem do direito e do lugar ao sol do debate nas grandes arenas. Em lugar de substituir esse contendor através da apresentação de sua verdade subjacente ou da verdade das disputas em jogo, trata-se de explorar a complexidade das argumentações possíveis de serem desenvolvidas em favor e com esses grupos mais desprivilegiados.

Este livro se divide em três partes: na primeira, discutimos os conceitos de etnicidade e territorialidade negras. A segunda parte é uma etnografia da comunidade de São Miguel na qual demonstramos como a memória coletiva e o sistema de organização social, baseado no parentesco, conformam regras de sucessão que asseguram um vínculo resistente às terras herdadas. Na terceira parte, através de uma etnografia densa da comunidade de Martimianos, buscamos trazer à visibilidade uma memória coletiva secular que é um patrimônio cultural, que, dependente e estruturado em um território, se encontra sob graves ameaças. Por fim, em anexo, apresentamos o memorial descritivo das terras das duas comunidades e os documentos históricos oficiais comprobatórios da legitimidade das reivindicações em pauta.